



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 19 DE JULHO DE 2023.****PRESIDÊNCIA CLEVER MACHADO**

Aos 19 dias do mês de julho do ano de 2023 ocorreu em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link da reunião: <https://drive.google.com/file/d/1Jbi7ZzqsCCnxQ1SMLiblm8Dg90jsVV7I/view?usp=sharing> Presentes os conselheiros (as): **Clever Alves Machado**, (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); **Amanda Pereira dos Santos** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); **Elzelina Dóris dos Santos** (SEE); **Anna Karla Ribeiro da Silva** (SEAPA); **Nayara Dias** (SECULT); **Fernanda Alves Batista** (SEDESE/Esporte), **Ana Beatriz Rodrigues Porfírio (SES)**; **Adjanir Silva** do Movimento Unificado Negro de Divinópolis; **Luana Paulina Amarante** representando Indômita Coletiva Feminista; **Diane Darc de Sousa** representando a Associação de Resistência Cultural da comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango; **Henrique Galhano Balieiro** representando o Serviço Jesuíta a Migrante a Refugiados; **Maria Eunice Ferreira Gama** representando Fundação Conscienciarte; **Jaime Eduardo Cohen Aronis** representando a Federação Israelita de MG. **I - Justificativas dos conselheiros ausentes:** Ellen Alves Oliveira (SECULT) Marina Coimbra Ferreira (SEPLAG) Fábio César de Araújo Costa (SEJUSP); Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues (SEDE); Ciro César Carvalho (SES); Juliana de Melo Cordeiro (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos) Fátima Cristina Pinto (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social). **II – Convidados:** Ana Rita Pereira (CDH), Elenir Braga coordenadora adjunta do PPDDH/MG; Isabel Soares Campos colaboradora do PPDDH/MG; Maria das Dores Pereira da Silva da Comunidade Quilombola Croata/Januária; Marinalva Mendes da Rocha da Comunidade Quilombola Cabaceiras/Itacarambi e Maria de Jesus Paixão Macedo da Comunidade Quilombola de Gameleira/Sangradouro/Caraíbas de Januária. **III - Suporte Técnico:** Elenir Santos, secretária executiva do CONEPIR, Gislene Teixeira Ramos e Judite Rezende técnicas da Secretaria Executiva CONEPIR, Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). **IV - Verificação do quórum:** Às 14h10min, a secretária executiva, Elenir Santos, verifica que há quórum e pede a técnica Gislene Ramos que faça a leitura dos nomes dos conselheiros presentes e após, a leitura dos nomes dos conselheiros que justificaram ausência. O Presidente começa a reunião com boas vindas a todos (as) e coloca para aprovação a Ata da reunião plenária ordinária do dia 21 de junho de 2023. Aprovada por todos conselheiros. **V - Aprovação da pauta:** Situação das Comunidades Quilombolas com a falta de acesso as Políticas Públicas nos municípios de Januária e Pedra de Maria da Cruz; Apresentação da Equipe e do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais - PPDDH/MG. O presidente Clever pede a convidada Elenir Braga que apresente seus convidados. Elenir Braga agradece a oportunidade e o espaço para falar sobre o Programa de Defensores vinculado as comunidades Quilombolas. Diz que trabalha no Instituto DH juntamente com a técnica Isabel. Temos representantes de lideranças de algumas comunidades quilombolas. A Sra. Marinalva se apresenta como líder da Comunidade Cabaceiras/Itacarambi; Maria das Dores, representante da Comunidade de Gameleira/Caraíbas de Januária. A Sra. Elenir Braga esclarece que esteve na SEDESE com o Presidente Sr. Clever do CONEPIR, onde apresentou o Programa e as demandas dos quilombolas com o objetivo de tentar encontrar saídas e alternativas para as denúncias apresentadas, tendo como foco a realidade das comunidades de Januária e Pedra de Maria da Cruz. Inicia apresentando o Programa. O Instituto DH – PPDDH/MG foi criado em 2007 e atua em prol dos Direitos Humanos e da Cidadania, fortalecendo a

atuação de grupos e entidades ligados aos Direitos Humanos, promovendo esses direitos na sociedade e no poder público. O foco é o Programa de Defensores aos Direitos Humanos/MG que tem como marco legal a Resolução 53/144 ONU, o decreto Federal nº6. 044/07, a Lei Estadual e o Decreto Estadual 47009/16, que dispõe sobre o Conselho do PPDDH/MG, que é deliberativo, composto por órgãos da Justiça, pelo 3º Setor e também órgãos do Estado. O Programa é executado pelo Instituto DH, é um Programa Federal, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e a SEDESE. Defensor dos direitos humanos é uma expressão utilizada para descrever as pessoas que individualmente ou com ajuda de outros, se esforçam em promover ou proteger os direitos humanos. Em uma concepção mais geral, são todas as pessoas lutam pelos direitos das mais variadas formas: pela vida, pela terra e território, por uma vida sem violência, pela liberdade de expressão, pelo direito a manifestação, pela liberdade de gênero, por moradia, biodiversidade, pelo direito a reparação, dentre outros. No cenário atual temos 79 casos incluídos, sendo 31 mulheres e 48 homens (BH tem 04 lideranças e o interior 75). As áreas de militância dos (as) defensores são: a luta pela reforma agrária, proteção ao território quilombola/indígena, conflitos urbanos, questões ambientais, violência policial, direitos das mulheres, dos atingidos por barragem, violência policial. Listamos também as características dos ameaçadores: agente de segurança pública, ameaçador virtual, fazendeiros, empresários, grileiros, madeireiros, milícia, mineradores, posseiros, pistoleiros, poder públicos e outros. O processo se inicia em um primeiro momento com o atendimento telefônico e vamos avançando até a inclusão da pessoa no programa. O atendimento in loco se torna muito importante para entender a dinâmica do local, quais são as ameaças e mantendo um defensor no território para dar visibilidade à situação de ameaça e que existe uma luta coletiva. A ação de visibilidade, para além de dar visibilidade a uma situação de ameaça que existe no território, (que às vezes as pessoas não percebem e não tem conhecimento), é também para dizer aos ameaçadores que elas não estão sozinhas, que existe uma rede de suporte e que a causa é coletiva. É importante a articulação com a rede de proteção com órgãos públicos, ong's, outros grupos e forças locais para superação das situações de violação e das ameaças aos direitos humanos. Trabalhamos com a realização cursos de formação, oficinas técnicas e de aperfeiçoamento e também oficinas virtuais nos territórios. Sempre levamos o INCRA, a FUNAI ou técnicos da antropologia que incumbirão de fazer o laudo da situação ocorrida dentro do contexto destas comunidades, sendo que a principal demanda é a titulação de terra que é tida como uma grande situação de ameaça, pois há sempre uma cobiça por estes Territórios. Depois que estas ameaças são cessadas e a situação esteja mais tranquila ou o ameaçador sente ameaçado com a presença do Programa de Defensores, o desligamento do defensor é feito e se faz um acompanhamento sistemático por um período de 06 meses, mas ele pode retomar ao Programa se houver necessidade. Essas são as comunidades que estamos acompanhando. Atualmente estamos com 16 comunidades quilombolas incluídas no PPDDH/MG localizadas no Norte de Minas e no Vale Jequitinhonha. Estas comunidades tem um modo diferenciado de viver com características próprias e importantes para eles, onde mantém o habitat natural que qualifica muito o território como a preservação das nascentes, o não uso de produtos químicos, a valorização do verde, das arvores, das matas, a não poluição das águas. Todos estes desafios foram apresentados na reunião com o CONEPIR, e para, além desta situação, eles não têm acesso às políticas públicas básicas fundamentais a vida com dignidade, como o acesso a água, a saúde, a luz, que por não receberem estão sendo lesados. Outra questão é a Polícia Ambiental é que às vezes atua vinculado a grandes fazendeiros, latifundiários, empresários renomados que estão próximos a estes territórios, que tem uma força política muito grande, mas que desconhece a base deste poder e a importância dos territórios para as comunidades quilombolas. Neste sentido, gostaria que as lideranças das comunidades quilombolas se identificassem e manifestassem a respeito desta realidade, dos desafios que estão vivenciando e quais são as demandas para enfrentar situações. A Sra. Marinalva se apresenta e diz que a Comunidade que representa, agora tem novo nome: Comunidade de Povos Tradicionais do Quilombo Pesqueira e Vazanteira de Cabaceiras. Ela se encontra dentro de dois parques, sendo um Estadual e outro Federal, que é comandado pela Polícia Ambiental. Para se chegar à comunidade de Cabaceiras só vê desmatamento pelo caminho e quando se entra na Comunidade, ai sim, você vê a preservação ambiental que a gente faz, mantendo a mesma tradição da época dos nossos pais e avós. Na parte que toca o parque é muito sofrimento, pois não respeitam os nossos direitos, principalmente por parte do ICMBIO, que é um órgão que parece que é comprado por fazendeiros, que ameaçam a nossa comunidade, ou seja, pelos capangas do sr. Walter Arantes, que é um fazendeiro muito rico e forte, dono dos supermercados BH, que incomoda todos os quilombos de Januária, Pedra de Maria da Cruz até Itacarambi. Com a nossa tradição e coragem em lutar

e os órgãos que estão acompanhando a gente, estamos conseguindo ter um pouco de paz. Fomos proibidos de construir, não chega nenhuma política pública nos territórios, ela é barrada. Ganhamos uma emenda parlamentar da deputada Andréia de Jesus para construção de uma casa de farinha, mas esse dinheiro ficou mais de um ano perdido na Prefeitura, até que conseguimos reverter esse dinheiro na compra de um veículo. Não temos energia, usamos a água do rio São Francisco, a vida da gente é invadida tanto pelo poder público, pelos latifundiários, pelos fazendeiros, pelos grileiros e se ouvirem outras comunidades, vão ter a mesma história do que acontece em Cabaceiras. É este o sofrimento que a gente pede socorro. Eu acho que o direito que não podem tirar da gente é o direito de construir nossos barracos, nossas casas hoje são de pau a pique. Estamos lutando para fazer o termo de compromisso com o ICMBIO porque nos precisamos ter nossos barracos na nossa comunidade. Quanto aos parques eles têm que entender que quando eles chegaram, nós já estávamos aqui, somos uma comunidade centenária e a partir de 2017 despertamos e começamos a correr atrás dos nossos direitos. O que a gente faz nas comunidades a beira rio São Francisco é pedir socorro. Agradeço, boa tarde e obrigada. A Sra. Elenir Braga diz que a palavra agora é da representante do Quilombo Pesqueira de Croata, Maria das Dores, conhecida como DORA, pescadora artesanal, quilombola, vazanteira. Maria das Dores relata que a comunidade vem de lutas com latifundiários que aterrorizam as comunidades quilombolas, lutas de denúncias de desmatamento, com derrubada de árvores centenárias de onde eles fazem madeiras e vendem em outras cidades, o que não nos torna diferentes das outras comunidades. Temos 05 comunidades dentro de um só território quilombola e estamos há 07 km de Januária. Nós não temos estradas, energia elétrica, água potável e muitos desafios em relação à saúde, temos idosos, hipertensos, deficiente visual e óbitos por falta de energia elétrica. Só quem nasceu dentro de um quilombo é que sabe a diferença e o sofrimento que passamos com desigualdades, preconceito, racismo, discriminação. Projetos sociais não chegam até a comunidade, isto tudo é muito revoltante. Temos muitos desafios em relação ao atendimento à saúde: nós não temos consultas básicas de rotina, prevenção, mamografia, sendo que estes atendimentos são feitos somente em Januária, Brasília de Minas ou Montes Claros. Para conseguirmos alguma coisa temos que procurar o Ministério Público ou a Ouvidoria, ou seja, acionar a justiça e sempre ficamos para o segundo plano. A Sra. Elenir Braga agradece a Maria das Dores e diz da importância do relato da própria comunidade e que o papel do Instituto é de articulação de políticas públicas e neste processo precisamos criar estratégias para que sejam minimizadas as situações de violação de direitos e situações de ameaça. O IDDDH/MG, por meio do programa, recebe as denúncias e aciona os órgãos responsáveis, como a parceria do MPF, oficia os municípios que se comprometem a ter um olhar de responsabilidade. Acho que o Estado poderia intervir no intuito de fortalecer a luta dos quilombolas. O grande desafio para os defensores, entidade executora, gestão do Estado e órgãos parceiros está na execução de ações com eficácia para que cessem as causas geradoras das ameaças, possibilitando às lideranças, instituições e movimentos em prol dos direitos humanos persistirem na luta para que os direitos humanos se efetivem como base de nossa sociedade. A Sra. Maria das Dores diz que gostaria de fazer uma denúncia com relação à saúde. Na cidade de Januária tem um bairro muito grande que possui duas UBS, mas é quase impossível agendar médico especialista, pois há somente uma vaga por mês. O Pronto Socorro de Januária não tem cardiologista e quem atende é o clínico geral. No mês de março houve onze óbitos de enfartos em uma noite. A demanda por um cardiologista é muito grande. A Sra. Elenir agradece a participação da Sra. Maria das Dores e indaga se o Sr. João Batista e a Sra. Nicete conseguiram entrar na sala de reunião e a resposta da secretaria executiva é que eles não conseguiram acessar o link. A Sra. Elenir Braga diz que irá apresentar a comunidade quilombola de Cariabas, onde moram o Sr. João Batista e a Sra. Nicete, trazendo algumas questões. O território dos Caraibas é muito fértil e por isso cobiçado pelos fazendeiros, e os desafios que enfrentam é a entrada do gado que utilizam as terras como pastagem. Outro desafio também é a presença de grileiros que entram pela comunidade dos quilombolas e se apropriam das terras. Temos agora a fala da Sra. Maria de Jesus, que se apresenta pertencente ao grande território do quilombo de Tabiraçaba, formado por vários quilombos menores. As mesmas situações vivenciadas pelas minhas colegas que falaram anteriormente sobre a devastação do meio ambiente pela mão do homem, dos latifundiários que se aproveitam do poder e tirando lucro destes desmatamentos, nós também estamos passando por isso. Outra situação são os jovens que não tem emprego, precisamos encontrar alguma coisa para que eles possam trabalhar, pois a situação piora a cada dia, já que a maioria perdeu a vontade de trabalhar com a terra. Precisamos regularizar a nossa situação com o território para diminuir estes conflitos, principalmente na área ambiental. A violência é clara e declarada, agora as estratégias de enfraquecimento são constantes. Nós precisamos de formação para

continuar a nossa luta. Agradeço a todos pelo empenho e por esta participação. A Sra. Elenir Braga agradece a contribuição de todas participantes e reforça a importância da união destes quilombolas que se apoiam um no outro. Existe uma partilha de informação e de força, e os territórios estão protegidos com os defensores de direitos humanos e da sociedade como um todo. Outro desafio é a questão da segurança pública que tem dificuldade de acesso até as comunidades. As contradições são vivenciadas todos os dias, como a violação dos direitos nestes territórios. Gostaríamos que o CONEPIR ajudasse e fosse parceiro nesta luta. O presidente Clever abre para perguntas e propostas. O conselheiro Adjanir diz que o relato dos onze óbitos por infarto em Januária é cabuloso e absurdo, esta situação tem que ser apurada, tem que acionar o MP, pois consiste num descaso com a saúde pública. A quilombola Maria das Dores esclarece que no começo do ano, depois que a COVID passou, percebi que o número de idoso enfartado foi muito grande aqui em Januária. Escutei relatos de companheiros do SMU que em uma noite houve onze óbitos por infarto no Pronto Socorro de Januária, pois lá não tem o cardiologista e geralmente quem atende estes casos é o clínico geral, que não dispõe de condições necessárias para o atendimento. Continuando sua fala diz que ocorreu um leilão virtual que o sr Walter Arantes leiloou o território onde tem as comunidades que nos moramos. Tem a fala do funcionário do Sr. Walter Arantes, o Sr Ivanildo, que disse que assim que receberem todo o pagamento do leilão eles irão expulsar todas as comunidades deste território. A Sra. Marinalva interfere dizendo que eles estão forjando os documentos dizendo que o território pertence a eles. Pedimos encarecidamente o cancelamento deste leilão, porque sabiam da presença nossa dentro das comunidades. Eles estão querendo tirar as comunidades a qualquer custo, mas nos somos resistentes e não vamos sair. O presidente Clever diz que diante de todas estas denúncias temos que oficializar todos os órgãos responsáveis para saber o que está acontecendo. Proponho que a secretária executiva levante todas estas denúncias para levar ao conhecimento, das Prefeituras, do INCRA, do MPE, do MPF, da Fundação Palmares a se reunirem juntamente com o IDDDH/MG. A Sra. Elenir Braga diz que tem o endereço on line deste leilão e posso passar para vocês pegarem mais informações. Outra questão é que há dois anos foi feita uma reunião em que esteve presente a advogada do sr. Walter Arantes e no seu discurso informou que eles tem a documentação de posse destes territórios. Procuramos nos informar e constatamos que houve uma venda e uma compra ilegal. O que existiu foi uma operação equivocada do Estado brasileiro quando legitimou estas vendas há anos atrás. Estas são questões sérias que precisam ser avaliadas por órgãos judiciais e órgãos legítimos. O presidente Clever diz que tem como propostas de encaminhamentos: - oficializar todos os órgãos responsáveis pelas denúncias, principalmente os que realizam a titulação das terras para outra reunião para saber de fato o que está acontecendo, o que há de impedimento para o INCRA realizar a titulação. Chamar a Secretaria Estadual de Saúde para conversar acerca destas iniquidades que estão ocorrendo a respeito da saúde no município e convocar para esta reunião a Mesa de Diálogos da SEDESE. Vocês tem alguma outra proposta? A sra Marinalva diz que se o documento é irregular e a terra é da União, o INCRA deverá estar presente. O presidente diz que iremos fazer varias reuniões para cobrar medidas e ações rápidas, pois as comunidades estão sendo vitimas de violações de direitos. -**VI Encaminhamentos:** 1) Oficializar todos os órgãos responsáveis principalmente os que realizam a titulação de terra e demarcação. - INCRA - responsável pela demarcação e titulação das terras da União e a SEAPA que pode nos apoiar. 2) Fundação Cultural Palmares - responsável pela certificação dos Quilombolas. 3) Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, já existe uma saúde integral para a população negra e quilombola. 4) Mesa de Dialogo, responsável para tratar dos conflitos. O presidente pergunta se alguém tem outras propostas ou se alguém é contrario a estas propostas, que fiquem a vontade para se manifestar. A Sra. Marinalva pede a palavra e diz pertencer ao quilombo de Cabaceiras e todas as vezes que vai consultar no Posto de Saúde eles resistem em não me colocar como quilombola, eu quero saber se posso exigir que eles me coloquem como quilombola. Tem algum documento ou um ofício que eu possa levar para comprovar. Eu tenho certificado de povos tradicionais e o reconhecimento da Fundação Palmares. Sou presidente de associação e liderança de comunidade e quero ser reconhecida como quilombola. O presidente Clever diz que você tem o seu direito garantido pela convenção 169, e pela auto declaração e os órgãos tem que aceitar. O sr. Clever pede a secretária executiva, Elenir para fazer um ofício do CONEPIR colocando esta situação, citando a convenção 169, colocando a cópia dos certificados e mencionando que eles deverão ser reconhecidos como quilombolas. A conselheira Diane diz importante acionar a Prefeitura, o MP, a Polícia Militar entre outros órgãos do município e solicitar uma capacitação para todos os gestores e servidores de políticas públicas, pois se a comunidade quilombola é reconhecida eles não podem ignorar os direitos que lhes foram concedidos. Diane diz que precisa se

ausentar, pois tenho uma reunião de serviço e o que for decidido nesta plenária, estarei de acordo. Outro **Encaminhamento:** 5) fazer um ofício do CONEPIR citando a convenção 169, colocando a cópia dos certificados e mencionando que os quilombolas de Januária e Pedra de Maria da Cruz deverão ser reconhecidos como quilombolas e oferecer uma capacitação para todos os gestores e servidores de políticas públicas. O presidente Clever diz que em Januária tem o Conselho Municipal de Igualdade Racial e ele é referência importante no município. A sra. Maria de Jesus pediu a palavra e disse em nos nossos quilombos já vieram promotores de fora para nos ajudar e os de Januária não apoia. Um promotor em 2020 disse para nós que os territórios não são dos fazendeiros, só serão deles quando mostrarem e provarem a documentação correta, enquanto isto será das comunidades tradicionais, mas isto só ficou na fala. A Sra. Marinalva diz que precisa falar sobre URTID, pois só com as terras demarcadas vamos ter mais paz. Diz ter sido ameaçada com mais dois integrantes da comunidade, e nós andamos a qualquer hora do dia ou da noite, a nossa estrada é de uma mão só e se por acaso aparecer os ameaçadores armados nós não temos como desviar deles. O presidente Clever pede a secretária executiva para ler os encaminhamentos e diz que tão logo esta Ata esteja elaborada, podemos chamar uma reunião plenária extraordinária para aprovação da mesma. A secretária executiva Elenir informa que foi encaminhada a Ata de maio via SEI para assinatura e com a nova modalidade do Sistema é necessário colocar prazo para assinaturas. Inicialmente colocamos 10 dias e caso algum conselheiro não conseguir assinar podemos prorrogar por mais 10 dias. Pede a Sra. Maria das Dores que envie para o CONEPIR o contato do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Januária. Obrigada. **VII - Encerramento:** Sem mais a se tratar o Presidente Cléver Alves Machado agradece aos convidados pela participação e pela parceria do programa de proteção sendo de grande importância para o nosso público. Deu por encerrada à plenária. Horário do término: 15h40minhm



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 01/09/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIME EDUARDO COHEN ARONIS, Usuário Externo**, em 01/09/2023, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Paulino Amarante, Usuário Externo**, em 01/09/2023, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Doris dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 01/09/2023, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara de Castro Dias, Servidora Pública**, em 01/09/2023, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karla Ribeiro da Silva, Secretária**, em 12/09/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Porfírio, Servidor (a) Público (a)**, em 13/09/2023, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eunice Ferreira Gama, Usuário Externo**, em 19/09/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Pereira dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 26/09/2023, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **72151814** e o código CRC **0F27450A**.

---

**Referência:** Processo nº 1480.01.0002099/2023-42

SEI nº 72151814